

Brasília-DF, 29 de outubro de 2025



O encontro reuniu o **ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz**, além de representantes do **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** e da **Receita Federal do Brasil**, que apresentaram relatórios e atualizações sobre temas estratégicos para a gestão previdenciária.



Entre os principais pontos da pauta estiveram a **atualização sobre descontos associativos e pagamentos relativos a ressarcimentos**, as **decisões do INSS sobre operações de crédito consignado**, a **apresentação do Anuário Estatístico da Previdência Social 2024** e o **processo de cobrança administrativa de dívidas previdenciárias**.

A reunião também contou com informes gerais e discussões voltadas ao **aprimoramento das políticas públicas previdenciárias**, reforçando o compromisso do CNPS com a transparência e a eficiência na gestão social.

CNTI participa da 318ª Reunião Ordinária do CNPS



O secretário de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), **Eduardo Annunciato (Chicão)**, participou nesta terça-feira (29) da **318ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)**, realizada na sede do **Ministério da Previdência Social**, em Brasília (DF).

Para que servem os sindicatos no século XXI?



As transformações tecnológicas do século XXI, criam marcas óbvias no mundo e também nos sindicatos, onde enfrentam desafios inéditos, em âmbitos demográficos, ambientais, políticos e na regulação do trabalho. O livro de Antonio Baylos, **“¿Para qué sirve**

Brasília-DF, 29 de outubro de 2025

um sindicato? Instruções de uso", analisa o papel do sindicalismo contemporâneo e mostra como essas organizações podem continuar promovendo direitos trabalhistas, democracia e justiça social em contextos de precarização e individualização das relações laborais.

Os sindicatos, como maiores movimentos organizados da sociedade civil, atuam em múltiplos níveis, representando trabalhadores assalariados, informais, autônomos, domésticos e de plataformas digitais. Eles estão inseridos em cenários de fragilização democrática, ofensivas neoliberais e mudanças econômicas aceleradas.

A crise do trabalho assalariado e a expansão da precarização exigem que os sindicatos atuem como contrapoderes frente ao capital, promovendo negociação coletiva, ampliando representatividade e enfrentando a **"uberização"** e a falsa autonomia dos trabalhadores de plataforma. Baylos destaca que, **sem organização e atuação estratégica**, os direitos trabalhistas correm risco de retrocesso, reforçando a necessidade de inovação sindical.

Incluir trabalhadores precários e informais sem enfraquecer suas bases tradicionais? Revitalizar a negociação coletiva? Manter autonomia política em meio a pressões econômicas e políticas? Estas são as decisões mais difíceis que os sindicatos precisam tomar. Por isso, Baylos, o desafio é transformar os sindicatos em espaços democráticos e inclusivos, onde a participação ativa dos filiados fortaleça a justiça social e a cidadania.

"Os sindicatos seguem essenciais no século XXI, desde que se renovem e se adaptem às novas formas de trabalho. Podem ser agentes de transformação, defendendo direitos e tornando a igualdade uma realidade concreta para milhões de trabalhadores", afirma Gustavo Pádua, advogado e diretor comercial da Bem Mais Benefícios... reforçando que a inovação e a representatividade são a chave para enfrentar os desafios do trabalho moderno.

Em resumo para Baylos, a questão de sindicato, ainda e sempre vai continuar essencial para o direito e o fortalecimento do trabalhador. Desde que saiba se renovar, sempre. Em um mundo em constante transformação, essas organizações podem ser agentes de mudança social, garantindo que a igualdade deixe de ser promessa e se torne realidade concreta para milhões de trabalhadores.

Fonte: Mundo Sindical

Renda do trabalhador formal continua a crescer no governo Lula

Segundo o boletim "De Olho nas Negociações", do Dieese, 73,7% dos reajustes salariais das categorias com data-base em setembro tiveram aumento real



Os reajustes salariais acima da inflação representam 73,7% dos acordos firmados pelas categorias com data-base em setembro, de acordo com o boletim De Olho nas Negociações (nº 61), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O dado revela que a renda do trabalhador formal continua a crescer sob o governo Lula. Ao se considerar a análise dos últimos 12 meses, as negociações acima da inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor-IBGE) só não ficaram acima dos 70% na data-base de abril, quando representaram 61,6%. No entanto, naquele mês, 26,3% das negociações igualaram o INPC, indicando quase 88% de reajustes sem perdas. Em metade desse período anual, as negociações com aumento real foram fechadas em mais de 80% dos casos.

Esse sólido momento de ganho real para os trabalhadores formais, porém, apresenta um percalço em setembro, pois nele ocorre o maior percentual de reajustes abaixo da inflação (14,1%) entre as últimas 12 datas-bases.

Apesar desses apontamentos preliminares, os dados consolidados ainda podem apresentar algumas variações, uma vez que setembro reúne as negociações de algumas das categorias mais fortes do país: "é esperado que os resultados para a data-base se alterem positivamente, conforme as negociações dessas categorias sejam concluídas", traz o boletim.

Os resultados do mês passado, até agora, consideram 156 negociações coletivas registradas até 6 de outubro. Além dos 73,7% com ganho real e dos 14,1% abaixo da inflação, outros 12,2% dos casos recompuseram o INPC.

Na avaliação do Dieese, o aumento no percentual dos reajustes abaixo da inflação em setembro, até o

Brasília-DF, 29 de outubro de 2025

momento, “é devido, principalmente, ao desempenho das negociações do comércio atacadista e varejista e do turismo e hospitalidade da região Norte do país.”

É indicado que o valor do reajuste salarial necessário para as categorias com data-base em setembro foi de 5,05% do INPC. Em outubro deverá aumentar para 5,1%. A leve variação e a sequência mensal demonstram que o cenário é de estabilidade no índice.

Reajustes salariais em 2025

Ao se considerar o quadro de negociações de 2025, 78,7% dos 14.899 reajustes salariais analisados apresentaram variação acima do INPC, com resultados iguais à variação em 13,1% dos casos e reajustes abaixo em 8,2%.

“A variação real média dos reajustes de 2025, até setembro, é de 0,93% acima da inflação”, revela o Dieese.

Setores

Entre os setores, as negociações na indústria são as que registram o maior percentual de reajustes acima da inflação, ao se considerar somente este ano até setembro: 80,8%.

No comércio, as negociações com aumentos reais são 78,4%. Porém, destaca o Dieese, é neste setor que se observa o menor percentual de reajustes abaixo da variação do INPC, 6,2%.

No setor rural, o que teve o maior percentual de reajustes abaixo do INPC (18,7%), as negociações com ganho real representam 72,5%. Já nos serviços, em 78,2% das ocasiões as negociações estão acima da inflação.

“Em relação à variação real média dos reajustes, as negociações dos serviços apresentam o maior valor em 2025, até setembro: 1,00%. Em seguida aparecem os setores rural (0,96%), indústria (0,91%) e comércio (0,71%).”

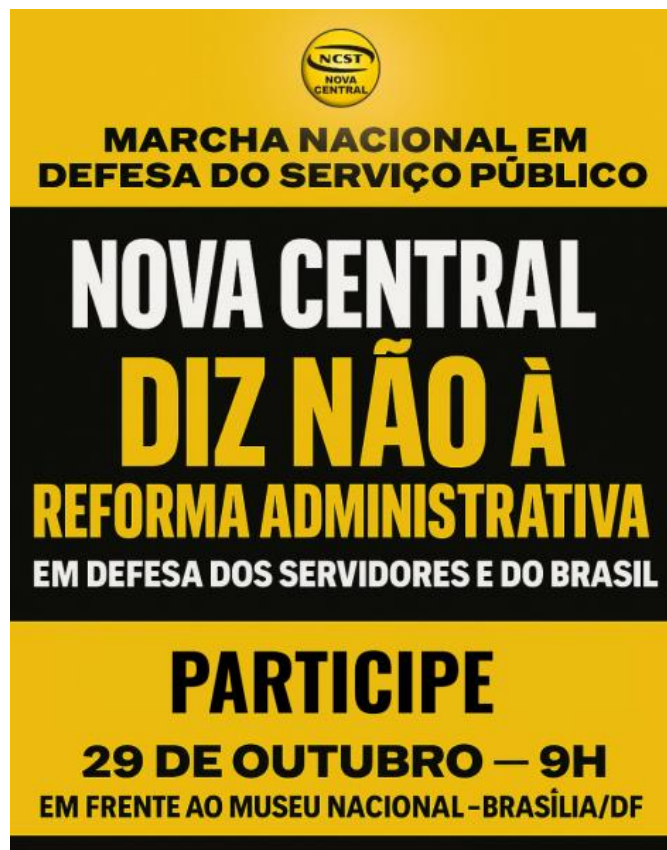
Pisos salariais

Segundo o Departamento Intersindical, o piso salarial médio das negociações de 2025, até setembro, é de R\$ 1.846. O mediano, de R\$ 1.725.

Já em relação aos setores, “o maior valor médio dos pisos pertence aos serviços (R\$ 1.890); e o maior valor mediano, à indústria (R\$ 1.754). Quanto às regiões geográficas, os maiores pisos médios e medianos pertencem às categorias da região Sul (R\$ 1.910 e R\$ 1.867, respectivamente)”, mostra o boletim.

Fonte: Portal Vermelho

Juntos contra a Reforma Administrativa!




MARCHA NACIONAL EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO
NOVA CENTRAL
DIZ NÃO À
REFORMA ADMINISTRATIVA
EM DEFESA DOS SERVIDORES E DO BRASIL
PARTICIPE
29 DE OUTUBRO – 9H
EM FRENTE AO MUSEU NACIONAL - BRASÍLIA/DF

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) reafirma seu compromisso com a defesa do serviço público e convoca todos os servidores para participarem da Marcha Nacional em Defesa do Serviço Público, que será realizada no dia 29 de outubro, às 9h, em frente ao Museu Nacional, em Brasília/DF.

A proposta de Reforma Administrativa representa uma grave ameaça ao Estado brasileiro e aos direitos dos trabalhadores do serviço público. Sob o discurso de “modernização”, o texto fragiliza o serviço público, precariza as relações de trabalho e abre espaço para o desmonte de políticas públicas essenciais à população.

Entre os pontos mais prejudiciais da proposta estão:

- Paralisação das carreiras públicas: o texto enfraquece os planos de progressão e reduz oportunidades de valorização profissional;
- Burla aos concursos públicos: permite contratações temporárias e indicações políticas, ferindo o princípio da impessoalidade e do mérito;

Brasília-DF, 29 de outubro de 2025

- Retirada de direitos históricos: como adicionais, gratificações e estabilidade, conquistados ao longo de décadas de luta sindical;
- Aumento do aparelhamento político: amplia o número de cargos comissionados e fragiliza a autonomia técnica dos servidores;
- Risco à estabilidade: abre brechas para demissões arbitrárias, comprometendo a independência e a continuidade dos serviços prestados à população.

A Nova Central entende que o serviço público é um pilar fundamental do Estado brasileiro — responsável por garantir educação, saúde, segurança, previdência e justiça social. Enfraquecer o servidor é enfraquecer o país.

Por isso, a entidade conclama todas as trabalhadoras e trabalhadores a se unirem nesta luta em defesa do serviço público, dos servidores e do Brasil.

Atenção, servidores públicos!

29 de outubro — 9h

**Em frente ao Museu Nacional — Brasília/DF
PARTICIPEM!**

#NovaCentral #EmDefesaDoServiçoPúblico
#DizNãoÀReformaAdministrativa

**Dissídio 2025: o que muda no
salário e como calcular o reajuste**



O dissídio de 2025 reajustou o salário mínimo nacional para R\$ 1.518,00, representando um aumento de 7,5% em relação ao valor anterior. O impacto atinge milhões de trabalhadores de diferentes categorias, com efeitos a partir da data-base de cada setor. O cálculo leva em consideração a inflação acumulada e

os acordos firmados entre sindicatos e empregadores. O objetivo é corrigir perdas salariais.

Cada categoria profissional negocia com base em sua convenção coletiva. O cenário envolve trabalhadores com carteira assinada, sindicatos laborais, representantes patronais e o governo federal como referência para o piso nacional. As negociações variam de acordo com o setor, e os reajustes são aplicados conforme as data-base definidas em convenção. O dissídio, embora comum a muitos trabalhadores, depende de acordos específicos e não é automático para todos.

O processo de reajuste envolve negociações que buscam equilibrar os interesses das partes. Os sindicatos apresentam reivindicações, muitas vezes baseadas no índice de inflação oficial, como o INPC. As empresas, por sua vez, avaliam a capacidade financeira e a situação do setor antes de aceitar as condições. Em casos de impasse, a Justiça do Trabalho pode ser acionada.

A decisão de aceitar um reajuste abaixo da inflação ou insistir em ganho real coloca os representantes dos trabalhadores diante de dilemas importantes. Em contextos econômicos instáveis, ceder pode garantir empregos, mas também pode gerar insatisfação. A negociação exige equilíbrio e compreensão dos impactos econômicos mais amplos, tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores.

Gustavo Pádua, advogado, consultor sindical e diretor comercial da Bem Mais Benefícios, destaca que “o cenário das negociações coletivas no segundo semestre é desafiador, com a inflação acumulada em 5,20% até maio e aumentos ainda maiores em setores como alimentação, que registrou alta de 7,76% no último ano; segundo o Dieese, cerca de 20% das negociações ficaram abaixo da inflação do INPC, o que torna a recomposição do poder de compra dos trabalhadores um grande desafio, podendo o aprimoramento das cláusulas sociais servir como alternativa para equilibrar as relações econômicas e melhorar o ambiente de trabalho e a qualidade de vida.”

O desfecho do dissídio de 2025 resultou no reajuste do salário mínimo para R\$ 1.518,00, com impacto direto sobre o piso de diversas categorias. A aplicação dos novos valores dependerá das cláusulas acordadas em cada convenção coletiva.

Fonte: Mundo Sindical